



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2019.0000269615**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0016915-45.2012.8.26.0248, da Comarca de Indaiatuba, em que são apelantes JOAO AGOSTINHO DE OLIVEIRA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) e MARCIA REGINA WOLF DE OLIVEIRA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA), é apelado MICHAEL JEAN CARMONA BERNARDINELLI (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA).

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores PEDRO BACCARAT (Presidente) e WALTER CESAR EXNER.

São Paulo, 10 de abril de 2019.

**Arantes Theodoro**  
**Relator**  
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

<b>APELAÇÃO</b>	0016915-45.2012.8.26.0248
<b>APELANTES</b>	João Agostinho de Oliveira e outro
<b>APELADO</b>	Michel Jean Carmona Bernadinelli
<b>COMARCA</b>	Indaiatuba - 2ª Vara Cível

**VOTO Nº 34.554**

**EMENTA – Ação indenizatória por danos morais. Queda de motocicleta que causou a morte do passageiro. Responsabilidade do condutor não revelada. Pleito improcedente. Sentença mantida. Recurso improvido.**

Sentença cujo relatório se adota julgou improcedente ação indenizatória proposta por pais de vítima fatal de acidente de trânsito.

Os autores apelam e pedem inversão daquele resultado.

Para tanto eles afirmam que o réu reconheceu sua culpa pelo acidente na contestação na medida em que ele revelou que a vítima estava na garupa da motocicleta com o capacete desabotoado e sem segurar na cintura do piloto e sim na própria motocicleta.

Os recorrentes sustentam que o demandado conhecia o local do acidente e não adotou as cautelas necessárias para realizar a curva, tendo então perdido o controle do veículo e a cair ao solo, o que autorizava a procedência da ação.

Recurso regularmente processado e respondido.

**É o relatório.**

Os apelantes aforaram ação sob a assertiva de que o réu conduzia motocicleta pela via indicada na petição inicial, levando seu filho na garupa, quando perdeu o controle do veículo ao realizar certa curva, o que provocou a queda de ambos, vindo o passageiro a falecer em consequência das lesões.

Sob tal exposição os autores requereram a condenação do condutor ao pagamento de indenização por danos morais.

Na defesa o réu sustentou que o acidente se deu por culpa exclusiva da vítima, eis que ela estava com capacete desafivelado e não direcionou o corpo para o lado da curva, o que desestabilizou a motocicleta, causando a queda de ambos ao solo.

O Juiz colheu as provas indicadas pelos interessados e, ao final, julgou improcedente a ação ao argumento de que os autores não comprovaram os fatos alegados na petição inicial, isto é, de que o acidente ocorreu por culpa do réu quando conduzia sua motocicleta.

Pois assim havia mesmo de ser.

Como bem observou o Magistrado, na petição inicial os autores alegaram que o réu teria perdido o controle da motocicleta ao realizar uma curva existente na rodovia lá indicada, mas não descreveram *“qualquer ato de imprudência ou negligência do réu na direção da motocicleta”* e *“nenhuma testemunha presenciou o ocorrido”*.

Note-se, também, que o inquérito policial acabou sendo arquivado justamente por falta de prova quanto à culpa do réu pelo acidente, constando ter a perícia realizada pelo Instituto de Criminalística

constatado que os sistemas de segurança e os pneus da motocicleta estavam em bom estado (fls.27/28).

Os apelantes aqui asseveram, é verdade, que o réu reconheceu sua culpa pelo acidente na contestação na medida em que revelou que no momento do acidente a vítima estava na com o capacete desabotoado e sem segurar na cintura do piloto, mas na própria motocicleta.

Ainda que assim tenha ocorrido, é evidente que disso não se podia extrair a conclusão de que culpado pelo proceder do passageiro fora o piloto.

Afinal, o uso de capacete por passageiros transportados em motocicletas é uma imposição legal (Código de Trânsito Brasileiro, art. 55, inciso II).

Ora, o réu não podia ser responsabilizado porque a vítima optou por deixar o seu capacete desabotoado, tendo desse modo assumido ela mesma o risco de se lesionar em caso de acidente.

De todo modo, nada autorizava dizer que a morte não teria ocorrido se o capacete estivesse afivelado.

Tampouco havia base para afirmar que o réu não podia ter deixado que a vítima segurasse na carenagem da motocicleta enquanto era transportada, já que como é de conhecimento comum é na carenagem lateral que as motocicleta usualmente contam com a alça para o passageiro segurar.

Em suma, as razões recursais não autorizam a reforma da sentença.

Deixa-se de agravar a condenação dos recorrentes em honorários advocatícios, eis que a sentença já os fixou no percentual máximo.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nega-se provimento ao recurso.

(assinado digitalmente)

**ARANTES THEODORO**

Relator